COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.817, DE 2010

Erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada "Caminho da Luz, o Caminho do Brasil" no estado de MG.

Autor: Deputado REGINALDO LOPES

Relatora: Deputada MARGARIDA SALOMÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Reginaldo Lopes, erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada "Caminho da Luz, o Caminho do Brasil", no estado de MG.

A matéria foi distribuída à Comissão de Cultura, para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade e juridicidade. Está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O rito de tramitação é ordinário.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei em análise, ao erigir em monumento nacional a rota de peregrinação denominada "Caminho da Luz, o Caminho do Brasil", no estado de Minas Gerais, evidencia-se meritório pelos motivos expostos a seguir.

CD161070394440

CD161070394440

Ao passo que iniciamos nosso Voto, importa apresentar o objeto da proposta em análise, por intermédio das palavras do seu Autor, o nobre Deputado Reginaldo Lopes:

O Caminho da Luz é muito mais que um simples projeto turístico regional, mas, verdadeiramente é um caminho de peregrinação energizado pela força telúrica das montanhas, pela magia do povo da região e pelas inúmeras belezas naturais que dispõe.

Este Caminho era percorrido pelos Índios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo que se reuniam na base da Cachoeira de Tombos e dali partiam em peregrinação em direção ao Pico da Bandeira, a Montanha Sagrada do Brasil, para adorar o Deus Rudá, Deus da Criação.

No caminho podemos nos maravilhar com a cachoeira de Tombos, quinta maior queda d'água do país, o Santuário da Pedra Santa, a Água Santa, a Pedra Dourada, a Pedra do Lagarto, as águas do Cafarnaum, a legendária Faria Lemos, terra que abrigava os antigos coronéis do Café, a centenária Carangola - Santuário de Santa Luzia, as Serras de Caianas e dos Cristais, os Jardins Floridos de Espera Feliz, a bela Galiléia, Boa Vista e a Cordilheira do Caparaó onde se encontra a Montanha Sagrada do Brasil, pelo corredor da biodiversidade que liga a Serra do Brigadeiro ao Parque Nacional do Caparaó e pela preservação de suas fazendas seculares espalhadas ao longo do percurso.

É preciso envidar esforços para preservar e difundir o valor do extenso patrimônio cultural deste País. Promover o resgate dessa rota histórica e incentivar a visita ao Caminho da Luz proporcionará importante atrativo para o desenvolvimento do turismo cultural nos Municípios por ela perpassados, além de fortalecer a identidade e a autoestima do povo mineiro e dos brasileiros todos.

CD161070394440

CD161070394440

No âmbito da legislação estadual, a rota de peregrinação Caminho da Luz já foi declarada patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais pela Lei nº 18.086, de 2009.

A Constituição Federal, no art. 23, inciso III, confere competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para proteger diversos bens culturais, entre eles os monumentos. Em se tratando do patrimônio cultural brasileiro, o termo “monumento” tem sido empregado, tradicionalmente, com o sentido de bem material de valor cultural, histórico ou artístico que se deseja conservar.

Ainda estatui a nossa Lei Maior, em seu art. 216, § 1º, que compete ao poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Esclarecemos que erigir determinado bem cultural em monumento nacional não estabelece ação tutelar do Estado sobre esse bem, de modo que não constitui tombamento, registro, desapropriação ou de acautelamento e preservação, que são de competência do Poder Executivo. Entretanto, significa reconhecer essa rota de peregrinação como parte do patrimônio cultural brasileiro e indicar, para o poder público, a **necessidade de garantir sua promoção e sua proteção**.

Ante o exposto, pelo fato de acreditar que devemos empreender medidas voltadas para o estímulo à preservação do nosso patrimônio cultural, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.817, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada MARGARIDA SALOMÃO
Relatora